

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	15
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.582.043
Preferenciais	0
Total	48.582.043
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	13.135	13.118
1.01	Ativo Circulante	5.380	4.167
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.874	3.644
1.01.06	Tributos a Recuperar	489	506
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	489	506
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17	17
1.01.08.03	Outros	17	17
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	17	17
1.02	Ativo Não Circulante	7.755	8.951
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	1.211
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1.211
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	1.211
1.02.02	Investimentos	7.755	7.740
1.02.02.01	Participações Societárias	7.755	7.740
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.755	7.740

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	13.135	13.118
2.01	Passivo Circulante	7	2
2.01.02	Fornecedores	0	2
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	2
2.01.03	Obrigações Fiscais	7	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7	0
2.03	Patrimônio Líquido	13.128	13.116
2.03.01	Capital Social Realizado	18.985	18.985
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.857	-5.869

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-60	61
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42	-32
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-35	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15	93
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-60	61
3.06	Resultado Financeiro	79	114
3.06.01	Receitas Financeiras	85	126
3.06.02	Despesas Financeiras	-6	-12
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19	175
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7	-14
3.08.01	Corrente	-7	-14
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12	161
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12	161
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	12	161
4.03	Resultado Abrangente do Período	12	161

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19	79
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3	68
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	12	161
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-15	-93
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	22	11
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Tributos a Recuperar	17	-7
6.01.02.02	Redução de Outros Ativos Circulantes	0	3
6.01.02.03	Aumento de Tributos a Recolher	7	15
6.01.02.04	(Redução) de Fornecedores	-2	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.211	-28
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.211	-28
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.230	51
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.644	3.631
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.874	3.682

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-5.869	0	13.116
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-5.869	0	13.116
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12	0	12
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12	0	12
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.857	0	13.128

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	313	-5.983	-19	13.296
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	313	-5.983	-19	13.296
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161	0	161
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161	0	161
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	313	-5.822	-19	13.457

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	2	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-71	-26
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35	-26
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-36	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-69	-26
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-69	-26
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	100	219
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15	93
7.06.02	Receitas Financeiras	85	126
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31	193
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31	193
7.08.01	Pessoal	7	5
7.08.01.01	Remuneração Direta	6	5
7.08.01.04	Outros	1	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6	15
7.08.02.01	Federais	6	15
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6	12
7.08.03.03	Outras	6	12
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12	161
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12	161

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	42.029	41.731
1.01	Ativo Circulante	42.029	40.520
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.602	28.194
1.01.03	Contas a Receber	1	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.426	12.326
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.426	12.326
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	12.426	12.326
1.01.06.01.02	Outros Impostos	4	0
1.01.06.01.03	Provisão para Perda	-4	0
1.01.07.01	Depósitos Judiciais	257	111
1.01.07.02	Provisão para Perda	-257	-111
1.02	Ativo Não Circulante	0	1.211
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	1.211
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1.211
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	1.211

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	42.029	41.731
2.01	Passivo Circulante	370	262
2.01.02	Fornecedores	54	16
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	54	16
2.01.03	Obrigações Fiscais	78	8
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78	8
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	78	8
2.01.05	Outras Obrigações	238	238
2.01.05.02	Outros	238	238
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	238	238
2.02	Passivo Não Circulante	419	413
2.02.02	Outras Obrigações	419	413
2.02.02.02	Outros	419	413
2.02.02.02.03	Imposto de Renda a Pagar	419	413
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	41.240	41.056
2.03.01	Capital Social Realizado	18.985	18.985
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.857	-5.869
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	28.112	27.940

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-350	-175
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-297	-175
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-55	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-350	-175
3.06	Resultado Financeiro	611	951
3.06.01	Receitas Financeiras	639	989
3.06.02	Despesas Financeiras	-28	-38
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	261	776
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-77	-171
3.08.01	Corrente	-77	-171
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	184	605
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	184	605
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12	161
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	172	444
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	184	605
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	184	605
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12	161
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	172	444

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	197	509
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	184	605
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	12	161
6.01.01.02	Participação de Acionistas Não Controladores	172	444
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13	-96
6.01.02.01	(Aumento) de Tributos a Recuperar	-100	-219
6.01.02.02	Redução de Outros Ativos Circulantes	0	6
6.01.02.03	Aumento de Outros Passivos Circulantes	0	6
6.01.02.04	Aumento de Tributos a Recolher	76	161
6.01.02.05	Aumento (Redução) de Fornecedores	38	-23
6.01.02.06	(Redução) de Contas a Pagar	0	-27
6.01.02.07	(Aumento) de Contas a Receber	-1	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.211	-28
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.211	-28
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.408	481
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.194	29.076
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.602	29.557

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-5.869	0	13.116	27.940	41.056
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-5.869	0	13.116	27.940	41.056
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12	0	12	172	184
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12	0	12	172	184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.857	0	13.128	28.112	41.240

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	313	-5.983	-19	13.296	28.232	41.528
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	313	-5.983	-19	13.296	28.232	41.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161	0	161	444	605
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161	0	161	444	605
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	313	-5.822	-19	13.457	28.676	42.133

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	2	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	2	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-302	-140
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-246	-140
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-56	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-300	-140
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-300	-140
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	638	985
7.06.02	Receitas Financeiras	638	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	338	845
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	338	845
7.08.01	Pessoal	49	30
7.08.01.01	Remuneração Direta	41	30
7.08.01.04	Outros	8	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	77	178
7.08.02.01	Federais	77	178
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28	32
7.08.03.03	Outras	28	32
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	184	605
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12	161
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	172	444

Comentário do Desempenho

Valores expressos em milhares de reais – (R\$)

A Sul 116 Participações S.A. (“Companhia”) apresentou lucro no trimestre de R\$ 12 (lucro de R\$161 em igual trimestre do exercício anterior) representado basicamente pelo resultado positivo de equivalência patrimonial em suas controladas em conjunto e pelas receitas financeiras provenientes de rendimentos de aplicação financeira e parcialmente compensadas pelas despesas com a manutenção da própria Companhia.

A Companhia integra os blocos de controle de Zain Participações S.A. (“Zain”), Futuretel S.A. (“Futuretel”) e Invitel Legacy S.A. (“Invitel Legacy”). Por meio de sua participação em Futuretel, a Companhia detém participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. (“Newtel”).

A Companhia e suas controladas em conjunto não desenvolvem diretamente e não detêm investimentos operacionais.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sul 116 Participações S.A. ("Companhia"), com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco, 311 sala 523 (parte), tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Invitel Legacy S.A. ("Invitel Legacy"); (ii) Futuretel S.A. ("Futuretel"); e (iii) Zain Participações S.A. ("Zain").

Até janeiro de 2013, a Companhia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. ("Argolis") celebrado com a Telemar Participações S.A. ("Telemar") em 25 de abril de 2008, era garantidora das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações ("IIFIP"), tendo firmado na mesma data um Contrato de Prestação de Fiança com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") no valor de R\$755, referente a um processo administrativo em que era parte Lexpart Participações S.A., uma das controladas de Argolis em 25 de abril de 2008. Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

Durante o período de vigência da fiança, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações.

A Companhia integra os blocos de controle de Zain, Futuretel e Invitel Legacy. A Companhia detém, ainda, participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. ("Newtel").

A Sul 116 é uma companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"), tendo suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia não detém investimentos operacionais, estando sua geração de caixa limitada basicamente às receitas financeiras auferidas de suas aplicações.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das informações trimestrais. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.5 Reapresentação das informações trimestrais

A Administração da Companhia revisou as premissas contidas nos CPC's 18 (R2) – Investimento em coligada, em Controlada e em Empreendimentos Controlados em conjunto e CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, relativas às consolidações das informações trimestrais e concluiu que o controle sobre suas investidas Zain Participações S/A, Futuretel S/A e Invitel Legacy S/A é compartilhado com outros acionistas. Considerando que no encerramento de 31 de março de 2013 estes investimentos foram consolidados, as informações trimestrais ora reapresentadas contêm apenas as informações trimestrais individuais que não foram alteradas em relação às anteriormente apresentadas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

c) Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

d) Investimentos

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas normas contábeis revisadas, que introduziram algumas modificações nas práticas contábeis adotadas até o exercício anterior.

Na elaboração das informações trimestrais, estão sendo aplicados:

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto;
- CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas;

As informações trimestrais estão sendo reapresentadas, pois a Companhia tem o controle compartilhado de seus investimentos. O principal efeito da aplicação dos novos pronunciamentos deu-se na exclusão da apresentação das informações trimestrais consolidadas.

Os investimentos da Companhia são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

e) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorra nos doze meses subsequentes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

g) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

i) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo sua apresentação nas informações intermediárias requerida pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

j) Passivo contingente

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, sendo o reembolso virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável, um ativo é reconhecido.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja realizada para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é baseada na avaliação opinião dos assessores legais externos, a qual se fundamenta nas evidências disponíveis, hierarquia entre as normas aplicáveis, a jurisprudência sobre o tema em discussão e as decisões mais recentes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aplicações financeiras	4.874	3.644
Total	4.874	3.644

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos Dle Certificados de Depósito Bancário, resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Banco Itaú		1.211
Total		1.211

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência do Contrato de Prestação de Fiança firmado entre a Companhia e o Itaú BBA (vide nota explicativa nº 1), em 12 de maio de 2008, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Títulos e Direitos Creditórios com o Itaú BBA no valor de R\$ 755, com prazo indeterminado. De acordo com o referido instrumento, a Companhia cedeu fiduciariamente debêntures emitidas pela Dibens Leasing S.A. de sua propriedade. As debêntures são atualizadas a 99,5% da variação do CDI.

Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores	487	504
Outros	<u>2</u>	<u>2</u>
Total	<u>489</u>	<u>506</u>

O referido saldo pode ser: (i) compensado com obrigações fiscais futuras (no caso de uma companhia holding, usualmente decorrentes de receitas provenientes da atualização monetária sobre saldo negativo de imposto de renda sobre aplicação financeira e do recebimento de juros sobre capital próprio); ou (ii) objeto de pedido de restituição após homologação da Receita Federal do Brasil. A Companhia planeja efetuar pedidos de restituição em data próxima ao encerramento do prazo decadencial de 5 anos, conforme dispõe o art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional.

Dessa forma, considerando que o saldo registrado em seu balanço patrimonial é passível de recuperação na forma descrita acima; e (ii) o prazo de duração da Companhia é indeterminado, conforme determinado em seu estatuto social, a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão com relação ao saldo de tributos a recuperar.

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. INVESTIMENTOS

Seguem resumidos abaixo os detalhes da participação nas controladas em conjunto Futuretel S/A, Zain Participações S/A e Invitel Legacy S/A:

	Futuretel		
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2012</u>
Participação no capital	46,38%	46,38%	46,38%
Capital social	10.288	10.288	10.288
Patrimônio Líquido	10.877	10.844	10.962
Lucro do período	33	147	146

	Zain		
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2012</u>
Participação no capital	45,85%	45,85%	45,85%
Capital social	20.187	20.187	20.187
Patrimônio líquido	5.227	5.214	5.267
Lucrodo período	13	7	60

	Invitel		
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2012</u>
Participação no capital	34,33%	34,33%	34,33%
Capital social	2.000	2.000	2.000
Patrimônio líquido	913	930	1004
Prejuízo do período	(17)	(80)	(6)

	<u>Futuretel</u>	<u>Zain</u>	<u>Invitel</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.030	2.391	391	7.740
Equivalência patrimonial	15	6	(6)	15
Saldo em 31 de março de 2013	<u>5.045</u>	<u>2.397</u>	<u>313</u>	<u>7.755</u>

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda Pessoa Jurídica	4	
Contribuição social sobre o lucro líquido	3	
Total	<u>7</u>	<u></u>
Circulante	7	
Não Circulante		

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Capital social

Em 31 de março de 2013, o capital social integralizado era de R\$18.985, representado por 48.582.043.390 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, escritural e sem valor nominal, sendo que 881.137 ações estão em tesouraria (sendo o mesmo valor e quantidade de ações em 31/12/2012).

A Companhia poderá aumentar o seu capital social independentemente de decisão assemblear até o limite de R\$3.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições de emissão e de colocação dos respectivos valores mobiliários.

9.2. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária da Futuretel realizada em 29 de abril de 2013, foi aprovada, a proposta da administração, de forma que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 seja distribuído da seguinte forma: alocação de R\$7, correspondentes a 5% do lucro líquido, para a reserva legal; distribuição do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$35; distribuição de dividendos complementares, no valor de R\$105.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia auferiu lucro tributável no exercício e, consequentemente, valores a recolher a título de imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$4 e R\$3, (R\$9 e R\$5 em 31/03/2012), respectivamente.

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de março de 2013 estão apresentados a seguir:

	31/03/2013	31/03/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19	175
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	6	60
Equivalência patrimonial	(5)	(32)
Compensação do prejuízo fiscal	(4)	(9)
Outras	9	(5)
Impostos de renda e contribuição social no resultado do período	7	14
Alíquota Efetiva	36%	8%

A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$670 (R\$703 em 31/12/2012). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2013	31/03/2012
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	78	118
Receita de juros e outras receitas financeiras	7	8
	85	126
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(6)	(12)
Resultado financeiro líquido	79	114

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação. O lucro e a quantidade média ponderada em milhares de ações, utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro do período	12	146
Media Ponderada de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ações	48.582.043	48.582.043
Lucro por ação ordinária (centavos por ação)	<u>0,00002</u>	<u>0,00030</u>

13. PROVISÃO E PASSIVO CONTINGENTE (CONSOLIDADO)**a) Controlada em conjunto indireta Newtel**

Em 21 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil ("RFB") lavrou o Auto de Infração MPF nº 0718500/00123/10 ("AI") contra Newtel, que, posteriormente, transformou-se no Processo nº 16682.720256/2010-25, glosando a compensação de prejuízos fiscais sem a observância da trava de 30% do total dos referidos prejuízos. No âmbito de sua incorporação por Newtel, Telpart utilizou na referida compensação 100% dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido por ela contabilizados. A RFB, entendendo que a trava de 30% para a utilização dos referidos prejuízos e base negativa se aplica inclusive a pessoas jurídicas em extinção, autuou Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart. O valor total do auto de infração, atualizado até março de 2013 é de R\$ 86.943.

Em 19 de janeiro de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido AI, a qual foi julgada inteiramente improcedente pela decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Contra tal decisão foi interposto recurso voluntário em abril de 2011 ao órgão de segunda instância na esfera administrativa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Tal recurso foi apreciado em julho de 2012, pelo CARF, tendo sido julgado inteiramente improcedente. Em 18 de outubro de 2012, Newtel recebeu a intimação desta decisão e, conforme opinião de seus assessores legais, tendo interposto recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). A admissibilidade do referido recurso está pendente de análise pelo CSRF.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Caso o recurso de Newtel não seja admitido ou indeferido, a Companhia poderá optar por questionar a lavratura do AI em esfera judicial. Nesse caso, Newtel deverá depositar integralmente o valor contestado afim de evitar a inscrição do débito no cadastro da Dívida Ativa da União.

Em função da sucessão de Telpart, Newtel é parte, ainda, do Processo Administrativo Fiscal n.º 10768.012103/2002-74, no âmbito do qual são contestadas compensações realizadas por Telpart no valor de R\$ 2.439, com base nos saldos negativos de IRPJ dos anos-calendário de 1998, 1999 e 2000, decorrentes da não-utilização dos valores de IRRF incidentes, a título de antecipação, sobre receitas de aplicações financeiras e de juros sobre capital próprio auferidas naqueles períodos.

Em novembro de 2011, a Segunda Turma Ordinária da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) negou provimento ao recurso voluntário interposto por Newtel. Em abril de 2012, Newtel apresentou recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), instância administrativa final, e aguarda julgamento. Caso a decisão desfavorável seja mantida, Newtel deverá fazer o pagamento dos tributos referentes ao montante compensado ou litigar na esfera judicial. O valor atualizado do processo até março de 2013 era de R\$ 2.568.

Também em função da incorporação de Telpart, Newtel é, ainda, parte do Processo nº 15374.903937/2010-48. Newtel apresentou à RFB Declarações de Compensação (DCOMPs) nas quais informou a utilização do crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ no ano-calendário de 2003 para quitar débitos relativos a tributos federais. A RFB reconheceu apenas parte do crédito pleiteado e não homologou o restante das DCOMPs apresentadas, tendo sido exigidos os respectivos débitos, acrescidos de multa de mora de 20% e juros SELIC. Em março de 2013 os débitos discutidos representavam R\$1.491. Foi protocolada manifestação de inconformidade, a qual ainda não foi apreciada pela RFB.

Por fim, Newtel é parte do Processo nº 16682.901020/2011-79, que trata de pedido de Restituição/Declaração de Compensação - PER/DCOMP nº 21084.60803.041006.1.3.02-9360, transmitido via Internet em 04/10/2006 por Newtel, por meio do qual pretende a compensação de débitos de IRRF do mês de setembro de 2006 com

crédito decorrente do saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2005 no valor de R\$ 206. Em março de 2013, o valor atualizado do processo era de R\$225.

Os advogados de Newtel responsáveis por estas demandas classificaram como possíveis as expectativas de perdas, e portanto não foram constituídas provisões para estes montantes em suas informações trimestrais.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Controlada em conjunto Zain

Em 31 de maio de 2011, a Receita Federal do Brasil lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139-0 contra Zain, no valor aproximado de R\$40 milhões, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, Zain apresentou impugnação contra o referido auto de infração. O julgamento do processo em epígrafe foi convertido em diligência e, após apresentados os documentos solicitados, aguarda-se intimação do Relatório de Conclusão de Diligência Fiscal. Em 31 de março de 2013, o valor atualizado do auto de infração era de R\$42.600.

Os advogados de Zain responsáveis por esta demanda classificaram como possível a probabilidade de perda do processo acima referido, e, por essa razão, não foi constituída provisão para tal montante em suas informações trimestrais.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nos valores das quotas dos fundos.

- Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram avaliados ao valor de custo acrescidos pela variação do CDI, que se assemelham ao seu valor de mercado.

- Tributos a recuperar

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

- Derivativos

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no período.

c) Risco de taxa de juros

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas investidas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

15. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores da Companhia aprovaram a reapresentação destas informações trimestrais em 19 de março de 2014, as quais consideraram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre o conteúdo aqui divulgado.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

31 DE MARÇO DE 2013

CE-0208/14

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Realização de créditos fiscais

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia possui como únicos propósitos a participação nas controladas em conjunto Futuretel S.A., Zain Participações S.A. e Invitel Legacy S.A. e a garantia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de

Argolis Holdings S.A. ("Argolis") celebrado com a Telemar Participações S.A., em 25 de abril de 2008, das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações. As controladas em conjunto não possuem atividades operacionais, exceto pelo fato da controlada em conjunto indireta Newtel Participações S.A. ser garantidora do Contrato de Compra e Venda de Alienação de Ações da Telemig Celular Participações S.A. e Telenorte Celular Participações S.A., e da controlada em conjunto Invitel Legacy S.A. que realiza a gestão dos direitos e obrigações decorrentes da alienação do controle indireto da Brasil Telecom Participações S.A.. A geração de caixa da Companhia e das controladas em conjunto é basicamente restrita às receitas financeiras auferidas de suas aplicações. A realização do saldo de tributos a recuperar no montante de R\$ 489 mil (Nota 6) depende de lucratividade futura ou de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Contingências fiscais

Conforme mencionado na Nota 13, em 31 de março de 2013, a controlada em conjunto Zain Participações e a controlada em conjunto indireta Newtel Participações S.A. possuem contingências fiscais com risco de perda possível nos montantes estimados de R\$ 42.600 mil e R\$ 91.227 mil, respectivamente. A capacidade financeira da Companhia e de suas controladas em conjunto poderá vir a ser significativamente afetada, caso o desfecho das referidas contingências seja distinto do risco atual considerado. Neste caso, a Companhia e suas controladas em conjunto deverão recorrer a aportes de seus acionistas, o que não está assegurado neste momento.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e não refletem eventuais ajustes nos ativos e passivos em relação aos assuntos comentados acima.

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, a revisão feita pela administração da Companhia em relação à sua participação no controle de Futuretel S.A., Zain Participações S.A. e Invitel Legacy S.A. tendo em vista as mudanças de política contábil introduzidas pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, levou à reapresentação das informações contábeis intermediárias, com exclusão das informações consolidadas originalmente apresentadas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2013, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2014.

Directa Auditores
CRC N° SP013002/O-3F-RJ

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC N° SP106895/O-1S-RJ